

MONOGRAFIA

Políticas sociais em Angola: O impacto dos programas sociais na agricultura familiar ¹

Ulisses Álvaro Kinsumba²

Carlos Subuhana³

RESUMO

A presente pesquisa surge de um primeiro esboço de um estudo em andamento cuja temática visa à análise das políticas sociais, em especial os programas sociais como o Projeto Agrícola de Produtores Familiares Orientados para o Mercado (MOSAP); e o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR) destinados à agricultura familiar nas zonas rurais de Angola, país africano localizado na zona austral do continente que, nos anos 2002 a 2012, destacou-se muito na região pelo elevado crescimento econômico. A pesquisa em si dá ênfase ao contexto histórico da agricultura na sociedade angolana, trazendo os acontecimentos referentes aos períodos antes e pós-independência, bem como, também retratar a importância social dos programas MOSAP e PEDR e as suas dificuldades de implementação e adequação pelos gestores públicos locais, enquanto programas que objetivam a reinserção econômica por intermédio de atividades agrárias que permitem o sustento de famílias de zonas rurais, enquadradas no panorama de vulnerabilidade social. Utilizando-se de uma análise bibliográfica, a pesquisa aborda esta temática, auxiliando-se da análise de outros trabalhos de pesquisa levados a cabo por pesquisadores como: Vladimir Russo; Santos Daniel; Garcia Neves Quitari; Algéria Varela Silvia; e de relatórios dos programas sociais de instituições governamentais, nacionais e internacionais, que ilustram e debruçam sobre a conjuntura da agricultura familiar em Angola.

PALAVRAS CHAVES: Angola; Programas; agricultura familiar; vulnerabilidade.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciado em Sociologia

² Ulisses Álvaro Kinsumba, formando do curso de Licenciatura em Sociologia do Instituto de Humanidade da Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Email: Kiwisinho@gmail.com.

³ Carlos Subuhana. Orientador. Professor adjunto do Instituto de Humanidades e Letras - IHL/UNILAB. Email: subuhana@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O processo agrário em Angola possui certas peculiaridades no âmbito histórico, político, econômico e social. Estas por sua vez, são especificidades que, em parte, não se diferenciam muito das peculiaridades de outros países africanos, considerando o contexto histórico partilhado por estes países, na condição de ex-colônias que experienciaram o processo de expropriação de seus recursos naturais e produtivos pelo colonizador.

Segundo Santos (2001), o momento histórico compreendido entre finais do século XIX e começo do XX, marcaram um período de articulação de formações africanas não-capitalistas, contrárias à dominação do capitalismo europeu, uma vez que os interesses econômicos e políticos das classes dominantes da burguesia de Portugal em determinados territórios considerados colônias portuguesas – Angola, Cabo – Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe- centravam-se no fornecimento de matérias-primas ao exterior, como diamantes, ferro, petróleo e, especificamente, produtos agrícolas como açúcar, algodão, café, produzidos em abundância para exportação.

A Angola colonial revelava-se uma importante província ultramarina para o crescimento do capital financeiro da burguesia portuguesa (SANTOS, 2001). De fato, com terras férteis, matérias-primas, recursos naturais, mão-de-obra barata em zonas rurais e com uma posição estratégica em relação ao continente, bem como com excelentes vias de escoamentos de produtos como o porto de Lobito e a ferrovia de Benguela, a província ultramarina angolana ocupava um lugar especial e estratégico nos processos de expropriação das riquezas africanas.

Depois de 1945, assistia-se ao despertar dos africanos em relação à exploração colonial Europeia, fato que culminou com a origem dos processos de formação de movimentos e instituições de caráter sociocultural e político, orientados para a luta anticolonial nos anos de 1950. Em Angola, este processo resultou na proclamação da independência do país em 1975. Entretanto, após a independência, o país viu-se mergulhado em uma “guerra civil”⁴ prolongada

⁴ A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado em Angola, que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos, até 2002. A guerra começou imediatamente após Angola se tornar independente do domínio de Portugal, em Novembro de 1975. Antes disso, um conflito de descolonização (1974/75) e a Guerra de Independência de Angola (1961-1974), tinham já ocorrido. A guerra civil angolana foi essencialmente uma luta pelo poder entre dois antigos movimentos de libertação: O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Ao mesmo tempo, a guerra serviu como um campo de batalha substituto durante a Guerra Fria e o forte envolvimento internacional, direta e indiretamente e por forças opostas, como a União Soviética, Cuba, África do Sul e Estados Unidos, foi uma característica importante do conflito. LIBERATTI - Marco António de Lima. Artigo disponível em: «<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/629-a-guerra-civil-em-angola-dimensoes-historicas-e-contemporaneas>». Acesso em: 10.08.2018.

(1975-2002), protagonizada por dois dos principais partidos de libertação: O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), sendo que o MPLA já detinha a posição de governante.

Após o término dos conflitos armados em 2002, que implicou a reconciliação nacional, Angola pode apresentar-se para África e para o mundo como país livre e sem conflitos internos, tendo como objetivo, o grande desafio da reconstrução nacional e da caminhada para um exercício democrático mais inclusivo, isto é, segundo os ideais do partido no poder MPLA. Entretanto, vale reconhecer que Angola é um país de contrastes, pois apesar de ter registrado um elevado crescimento econômico, bastante visível nos anos de 2002 a 2012, o país continua a fazer parte do grupo de países africanos que detêm um baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Esta situação contribui muito para a não melhoria das condições de vida da população, em especial, as populações residentes em zonas rurais. (SILVA, 2016).

Desta feita, tendo em conta todos esses fatores históricos políticos e sociais, a pesquisa, que ora propomos, vem com a pretensão de analisar a importância social de dois programas sociais ligados à agricultura familiar em Angola: o Projeto Agrícola de Produtores Familiares Orientados para o Mercado - MOSAP; e o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural - PEDR. O trabalho tem como objetivos compreender desafios dos gestores públicos em adequar a implementação dos referidos programas à realidade das populações vulneráveis das zonas rurais de Angola, e averiguar a expectativa do crescimento da contribuição da agricultura familiar face ao surgimento e crescimento da agricultura empresarial ou patronal, referenciando exemplos de outros países, como o Brasil, que detém uma grande experiência no âmbito de políticas sociais, voltadas para agricultura, focando os respectivos programas sociais.

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS SOCIAIS REFERENTES À AGRICULTURA FAMILIAR EM ANGOLA.

As políticas sociais são políticas, próprias das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não amparadas ou atingidas pelos modos capitalistas de produção, ou seja, são políticas de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Entretanto, os programas sociais, fruto das políticas sociais, são tidos como projetos de iniciativas destinadas a ações de determinadas atividades por se realizar, sendo que em sua maioria, estas visam a melhoria das condições de vida das populações vulneráveis.

Em países que detêm um processo de desenvolvimento agrário bem mais avançados que Angola, sendo um deles o Brasil, os programas sociais serviram de instrumentos essenciais para o alavancar das melhorias das condições de vida das populações de renda baixa. A criação de Políticas sociais, que por sua vez geraram programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, permitiu uma melhor desenvoltura da Agricultura Familiar, isto é, no Brasil.

O PRONAF funciona como uma linha de financiamento, permitindo o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares assentados pela reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem solicitar financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. O PRONAF facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR – BRASIL, 2013).

Em Angola programas sociais como o Projeto Agrícola de Produtores Familiares Orientados para o Mercado – MOSAP e o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural - PEDR, surgem com propósitos parecidos, entre eles, o de alavancar as condições de vida das populações residentes em zonas rurais que apresentam um estado de vulnerabilidade social e econômica, isto é, por intermédio do incentivo financeiros e insumos agrícola à agricultura familiar.

Segundo Vladimir (2007), o MOSAP surge da solicitação de financiamento do governo de Angola ao Banco Mundial e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura. A demanda do governo angolano foi no sentido da criação de um projeto Agrícola com a finalidade de criar produtores familiares, orientados para o mercado em três províncias do centro do país, nomeadamente Bié, Huambo e Malange. Este projeto é executado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com o objetivo de criar um aumento sustentável e alargado das receitas de pequenos agricultores rurais nos municípios e comunas definidas nas províncias do Bié (com 100.000 agregados familiares), Huambo (com 50.000 agregados familiares) e Malanje (com 50.000 agregados familiares), através da melhoria da organização e eficiência da produção agrícola e marketing. (VLADMIR, 2007).

O PEDR (2018), por sua vez, está direcionado para os seguintes objetivos: garantir a segurança alimentar; reduzir a pobreza da população; integrar as comunidades no desenvolvimento económico e social do país; aumentar a produção e produtividade das empresas agrícolas familiares. Desde o seu lançamento, no ano de 2005, este Programa já beneficiou cerca de dois milhões de famílias camponesas em 130 dos 163 municípios do país. Desta forma, o PEDR objetiva dirige-se às pequenas empresas agrícolas familiares⁵ do

⁵ Pequenas Empresas Agrícolas Familiares: trata-se de pequenas cooperativas ou associações de famílias camponesas de zonas rurais que em parte beneficiam do apoio financeiro do Estado
Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

sector camponês, entendendo-se estas como as unidades formadas pelas famílias nucleares que fazem recurso principalmente ao seu agregado familiar para as atividades da produção e que às mesmas se beneficiam dos resultados decorrentes dessa atividade. Estas pequenas empresas agrícolas têm como estratégias primordiais o asseguramento da satisfação das necessidades alimentares de seus agregados, a par da produção de excedentes para a comercialização necessária para a contrapartida de bens de uso e consumo, e que é variável conforme as regiões. (PEDR, 2018).

Atualmente, técnicos e gestores assim avaliam:

[...] Um total de 104.397 famílias camponesas da província do Cunene foram inseridas, em 2017, em actividades produtivas, disse sexta-feira, em Ondjiva, o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Pedro Tibério Tulifileni. [...] Sendo que, a agricultura familiar passa a beneficiar de mais incentivos, neste ano agrícola, para que haja maior disponibilidade de produtos alimentares, garantiu o director Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas no Cunene. (PEDR, 2018).

Cabe salientar que o processo agrícola na sociedade angolana exige a devida análise, uma vez que existem fatores adversos que constroem em muito o bom funcionamento dos programas sociais ligados à agricultura familiar. Estes constrangimentos, em parte, são reflexos da fraca adequação dos programas sociais à realidade territorial do país, onde em certas regiões rurais adequadas para plantação ainda se observa o processo de desminagem de engenhos explosivos⁶, fruto dos 27 anos de “guerra civil”, que praticamente levou à estagnação da produção agrícola angolana.

Outros constrangimentos são referentes às dificuldades de escoamento dos produtos dos agricultores em período de coleta e comercialização, bem como da valorização de seus produtos face à produção patronal. De salientar que o país, apesar de ter registrado um elevado crescimento económico nos últimos anos, ainda:

[...] continua a fazer parte do panorama mais desfavorável de África. Ainda não está concluído o processo de Angola passar a ser classificado de país de rendimento médio, mas mesmo que isso venha a ocorrer nas estatísticas sociais das Nações Unidas continua

Angolano ou de organizações Internacionais para o fomento de sua produção agrária. (grifos nossos).

⁶ Segundo o centro regional de informação das Nações Unidas – UNRIC (2017), uma mina terrestre é um engenho explosivo que é ativado por uma pessoa ou um veículo ou deflagrado à distância através de um fio elétrico ou um sinal de rádio. A maior parte das minas são colocadas sobre o solo ou enterradas. Estas por sua vez, têm a finalidade de inutilizar e imobilizar veículos ou matar pessoas. No caso de Angola, estas causaram muitas mortes e milhares de mutilados. Ver em: «<https://www.unric.org/pt/actualidade/3566>»; e em: «<https://www.publico.pt/2002/06/26/mundo/noticia/angola-tem-entre-quatro-a-cinco-milhoes-de-minas-terrestres-activas-155098>», acesso em: 10.09.2018.

no agrupamento de países de desenvolvimento humano baixo. [...]. (JORNAL O APOSTOLADO, 2014).

No ranking de 2018, com dados relativos a de 2017, Angola obteve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁷) de 0.581, que coloca o país na categoria de "desenvolvimento médio", no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Angola está na posição 147 de 189. No ranking citado, as categorias foram alteradas e fazem parte da categoria média os países com IDH entre 0,550 e 0,699, o que dá um total de 39 países na categoria, entre os quais cinco países de língua oficial portuguesa.

Diante deste processo analítico, é necessário considerar a desaceleração do crescimento econômico em Angola nos últimos três anos:

[...] O ano 2015 marca uma ruptura com os anos mais recentes da economia nacional. O nível de vida da população tem-se degradado desde 2013, não apenas devido à diminuição do rendimento nacional, como à retoma da inflação a dois dígitos. Mesmo sem informações estatísticas, o índice de pobreza seguramente aumentou. (RELATÓRIO ECONÓMICO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA, 2015).

Os constrangimentos aqui destacados, ajudam a repensar o processo de formulação de implementação de algumas políticas sociais que têm o objetivo de melhorar as condições de vida da população, em especial os ligados à agricultura familiar.

DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FACE REALIDADES DAS FAMÍLIAS.

Os programas sociais angolanos citados nos parágrafos anteriores, são uns dos poucos que dão suporte ao processo da agricultura familiar no país, os mesmos garantem aumento da segurança alimentar e a redução da dependência da ajuda externa, constam das diversas orientações do Governo e estão agora consubstanciadas na Estratégia de Combate à Pobreza nas zonas rural.

De acordo com o Sumário Executivo do PEDR, publicado pelo Portal do Governo em 2012, a partir de 1980 começou a surgir uma nova maneira de pensar relativa à abordagem e às prioridades para o desenvolvimento rural em África, passando primeiramente pelo ato de reconhecimento de que os

⁷ IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Anualmente é elaborado o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com base em três critérios (Saúde, Educação e Renda) que são medidos da seguinte forma: a) – Uma vida longa e saudável (Saúde): expectativa de vida ao nascer; b) – O acesso ao conhecimento (Educação): média de anos de estudo (adultos) e anos esperados de escolaridade (crianças); c) – Um padrão de vida decente (Renda): medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) com base na Paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante.

camponeses têm também conhecimentos válidos e úteis para o desenvolvimento da agricultura e melhor adaptados ao seu contexto do que as tecnologias decalcadas de modelos sob lógicas de produção e com disponibilidade de meios muito diferentes. (PEDR, 2018).

Desta feita, em vez de se programar apenas a agricultura durável, passou a considerar-se a subsistência durável, baseada na produção agrária para o abastecimento dos agregados da comunidade rural e na produção de excedentes para alimentar a população dos centros urbanos.

Esta nova abordagem continua, no entanto, ausente das políticas agrárias de alguns países, e assim é que os programas implementados nas últimas décadas em África, quer pelos governos quer pela cooperação internacional, saldaram-se em geral por fracassos e proporcionaram benefícios muito reduzidos para a população.

Já em Angola, após os conflitos civis, foi ensaiado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDA, com a assistência da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO, um Projeto-piloto de Extensão Rural na Província da Huila, tendo em vista a abrangência 54 mil famílias em cinco municípios da província. O projeto não foi para além da área de arranque “comuna de Capunda Cavilogo”. Relativamente à comunidade camponesa, que constituía o grupo alvo, os resultados alcançados foram magros, resumindo-se no acompanhamento e animação das atividades rurais, na instalação de ensaios agronómicos e no teste de uma nova tecnologia de cultivo. (PEDIR, 2018).

Os desafios dos gestores públicos em adequar a implementação dos referidos programas à realidade das populações vulneráveis residentes em zonas rurais de Angola, passa justamente pelo ato do não reconhecimento das especificidades educacionais, culturais e rotineiras da população camponesa local em termos de produção laboral agrária. Os fomentos dos programas sociais, em sua maioria, contam muito com o apoio financeiro de instituições financeiras internacionais como Banco Mundial – BM ou o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Os seus fomentos financeiros devem ter um acréscimo nas despesas do Estado por intermédio do seu Orçamento Geral do Estado - OGE como compromisso com as populações que vivem em estado de vulnerabilidade social e financeira nas zonas rural do país. Desta feita, os desafios dos gestores públicos giram em torno da análise da realidade social como ela se apresenta que, na qual, os mesmos dificilmente analisam. Este desafio começa não só por uma dissecação da realidade camponesa angolana, mas também por uma análise do atual quadro das políticas de Estado gizados para o desenvolvimento agrícola de Angola. (GARCIA NEVES QUITARI⁸, 2015).

⁸ Garcia Neves Quitari: Debate em torno da necessidade de desenvolvimento da agricultura familiar em Angola, tem-se tomado como pressuposto um conjunto de dicotomias auto-explicativas, o que engendra uma falsa transparência do seu conceito, e parte dos argumentos
Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

Para Quitari (2015) as políticas de promoção da agricultura familiar em países em via de desenvolvimento, seguem mais ou menos as mesmas tendências, em geral, orientadas pelas instituições de desenvolvimento e organizações financeiras internacionais. Entretanto, a sua configuração e experiência em cada país podem depender de um conjunto de dinâmicas internas, que vão desde o nível de aceitação dos governos destas orientações, o regime de governo, formas de participação política, passando pela existência de movimentos sociais engajados na luta pela terra, até aos distintos conhecimentos sobre plantio entre agentes públicos e camponeses.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a agricultura angolana é fortemente marcada, por um lado, pela emergência de empreendimentos agrícolas públicos e privados de variadas dimensões e, por outro lado, por uma agricultura camponesa, cuja produção se destina primordialmente ao consumo doméstico e seu excedente para o mercado. Quitari (2015) faz uma crítica aos órgãos responsáveis pelo fomento da agricultura em Angola, dando a conhecer, assim, que os programas sociais referentes à agricultura familiar, e não só, não devem ser simplesmente aplicados sem um estudo prévio e detalhado dos seus impactos a curto, médio e longo prazo nas vidas das populações locais.

De acordo com a análise do MPLA-PT, durante o 1.º Congresso Extraordinário, realizado em 1980, a guerra civil, a carência de técnicos nacionais especializados, o êxodo rural e a degradação de infraestrutura como estradas, pontes, etc., contribuiriam para que esses projectos de desenvolvimento da agricultura fossem abandonados. Esta perspectiva não pode deixar de considerar as distintas iniciativas do governo único para dinamização do sector agrícola, como a iniciativa das compras públicas e a mobilização social e política dos camponeses, a cargo da Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas (ENCODIPA) e União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA), respectivamente” (QUITARI, p. 243, 2015).

Entretanto, segundo Quitari (2015) estas iniciativas não alcançaram abrangência nacional considerável, nem na horizontal nem na vertical, por alguns dos motivos já mencionados acima. Atualmente parte das dificuldades das pequenas cooperativas agrícolas giram em torno do fraco apoio que as mesmas recebem dos órgãos estatais.

De acordo com PEDR (2018), a baixa qualidade das infraestruturas destinadas ao apoio do fomento de suas atividades como: estradas e transportes para os escoamentos dos produtos diversos produzidos no campo; organização das estruturas associativas das comunidades de base; abastecimento de inputs para a produção agrária; apoio à pastorícia nas regiões agropastoris, tração animal e pequenos ruminantes para criação; falta ou degradação dos sistema de irrigação de algumas regiões; falta de crédito dos diferentes tipos para a atividade produtiva; falta de uma rede de comércio e de abastecimento funcional

a favor da agricultura familiar tem tentado buscar no passado colonial a prova do seu sucesso para o futuro desenvolvimento económico e social do país. Artigo disponível em: <<https://journals.openedition.org/mulemba/2010>> acesso em: 22.06.2019.

e permanente; exiguidade da oferta dos serviços sociais à população, bem como financiamento e proteção tributárias face as culturas importadas do estrangeiro, ainda são fatores que em muito condicionam o desenvolvimento da agricultura familiar em Angola em seu todo.

Por outro lado, em países mais desenvolvidos como o Brasil, a agricultura familiar apresenta níveis muito altos de produtividade, eficiência de gestão e maior resiliência às variações do mercado e contam com vantagens competitivas asseguradas pelas medidas protecionistas dos seus governos. Trata-se de fatores que dificilmente ocorrem em países com um baixo nível de desenvolvimento, a exemplo do sector agrário angolano, pois estes, em primeiro lugar, por questões históricas ligadas a situação colonial e a posição econômica que lhes é submetida constantemente por uma ideologia global e bastante ocidentalizada. Em segundo lugar, por pura negligência do poder executivo angolano que ao longo dos anos de desenvolvimento da economia do país insistiu em visualizar os setores petrolífero e mineiro, como os mais benéficos para economia do país, negligenciando o setor agrícola no processo, que não se beneficiou do mesmo apoio e protecionismo que os outros setores tiveram.

EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR FACE À AGRICULTURA EMPRESARIAL OU PATRONAL.

No atual contexto regional, ao contrário da separação entre os dilemas do desenvolvimento da agricultura, a problemática da ocupação da terra, do exercício do poder tradicional, expansão do *agrobusiness* ou agricultura patronal, a segurança alimentar e a pressão do capital internacional sobre os recursos naturais, casos já muito estudados de países vizinhos como Zâmbia, Zimbabwe, Quênia, Namíbia, Mali, Senegal e África do Sul, e até mesmo de Moçambique, demonstram que estes dilemas articulam-se academicamente em torno daquilo que se tem denominado como a nova questão agrária (QUITARI, 2015).

Tendo em conta estes fatores, Quitari (2015) ressalta que a expansão do capital financeiro nos países de desenvolvimento lento vem sendo associada com a destruição da agricultura camponesa, deterioração do sistema alimentar, assim como a exclusão do mercado de milhões de camponeses. Neste cenário, é necessário frisar que o acesso à categoria de agricultor familiar nos países “subdesenvolvidos” ocorre através de processos seletivos, o que leva a crer que nem todo camponês virá a constituir-se num agricultor familiar, nos termos conferidos pelas iniciativas públicas, que visam esta transformação. Para tal, basta consideramos que nem todo camponês dispõe das condições exigidas para o acesso ao crédito financeiro disponibilizados pelas respetivas entidades.

No caso específico de Angola, a agricultura vem se constituindo como um sector relevante nas políticas de desenvolvimento económico e social, sobretudo a partir de 2002. Como prova disso, no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 (PND) — no qual foram definidas as políticas e medidas para o desenvolvimento de médio prazo dos sectores económicos, sociais e de infraestrutura — a

agricultura constitui prioridade ao lado de sectores como o da indústria, transportes e energias e águas.” (QUITARI, p. 247, 2015).

Neste plano em causa, o sector agrícola angolano está subdividido em 11 subprogramas, dentre os quais destacamos o Programa de Promoção da Agricultura Comercial – PPAC e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – PDA orientado para o mercado, bem como MOSAP e o PEDR.

Com a construção em 2012 de novos polos agroindustriais e requalificação de outros herdados do período colonial, como o Polo Agroindustrial da Cela, e a construção de novos outros que, por sua vez, têm sido parte da empreitada para o desenvolvimento da agricultura comercial. Assiste-se em Angola, o surgimento de grandes empreendimentos agroindustriais como o projeto da Sociedade de Estudos e Desenvolvimento Industrial, Agrícola e Comercial – SEDIAC e Sociedade Agrícola, Comercial e Industrial, Agrowako, sendo que parte destes é sediada na Província do Cuanza Sul, bem como a Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Capanda – SODEPAC. Outros, como os projetos Biocom — Companhia de Bioenergia de Angola, Gesterra — Gestão de Terras Aráveis, S. A, são sediados na Província de Malanje.

Estes programas, diante do atual cenário que o país apresenta, têm como componente primordial fortalecer as habilidades instituições de gestão e negócios ligados aos produtores agrícolas e suas organizações, assim como extensionistas rurais e fornecedores de serviços agrícolas ao longo da cadeia produtiva com o qual estes integram. Esta componente irá igualmente fortalecer as capacidades das instituições governamentais a nível provincial e central, e introduzir ou reforçar processos participativos que apoiam o processo de descentralização da gestão das atividades ligadas a agricultura nacional. (VLADMIR, 2007).

Entretanto, a expectativa de crescimento da agricultura familiar face à agricultura empresarial é evidente quando o país ainda apresenta grande parte das zonas rurais, terras que não constituem ainda nesta altura um fator limitativo da sua atividade produtiva e do aproveitamento de outros recursos naturais. Contudo, em certas áreas o problema das terras começa a assumir gravidade, devido a concessões para o sector empresarial, sem levar em conta as necessidades e os direitos das comunidades rurais salvaguardadas das áreas comunitárias. Neste cenário, ainda é presente a falta de atenção do governo no que se refere a tomada de medidas de correção e prevenção, com ampliação e a mediação dos conflitos sobre as terras. (PEDR, 2018).

Tanto o PEDR como MOZAP, identificam a nível institucional das suas aplicabilidades os seguintes problemas:

- Fragilidade das estruturas do IDA nos diferentes níveis;
- Ausência de mecanismos de coordenação, de acompanhamento e de controlo dos programas e projetos virados para o meio rural;

- Falta de diálogo entre as estruturas oficiais de intervenção e de enquadramento por um lado e, por outro lado, as comunidades de base;
- Pouca funcionalidade dos serviços prestados pelas estruturas de assistência técnica à atividade agropecuária das comunidades rurais;
- Ausência de estímulos para incentivar a instalação no meio rural de uma rede de comercialização adaptada ao campo e permanente;
- Deficiente cobertura da rede de serviços primários de saúde e de educação ao nível da comunidade rural.

Diante dessas problemáticas apresentadas pelos relatórios dos respectivos programas, às políticas do Governo devem levar em consideração a diferenciação entre os dois modos de produção agrária em presença do camponês e o do sector agrícola empresarial, bem como definir prioridades em cada momento orientadas não só para o desenvolvimento de algumas produções, mas também para assegurar o emprego e a subsistência da maioria da população.

Segundo PEDR (2018), os problemas mais evidentes ao nível das políticas do Governo relativamente ao relançamento do sector camponês são os seguintes:

- Falta de um programa geral para o sector agrário que estabeleça as políticas, as opções e as prioridades, tendo em conta as necessidades reais nesta fase da agricultura angolana e em especial do sector camponês;
- Diluição da capacidade do MINAG para coordenar e acompanhar as atividades da área do sector agrário e debilidade dos serviços de assistência técnica à produção agropecuária;
- Falta de um sistema estatístico agrícola fiável com base na recolha e tratamento regular de dados;
- Ausência de uma política comercial para o meio rural que estimule a produção dos camponeses e concorra para aumentar a oferta de bens e serviços às comunidades rurais;
- Falta de um sistema estruturado dos diferentes tipos de crédito para o sector camponês e ausência de legislação que oriente e discipline a micro finança e o microcrédito.

Realçando de novo o PRONAF do Brasil, é evidente que uma das alternativas plausíveis para o asseguramento do bom funcionamento dos programas agrários ligados à agricultura em Angola, passa justamente e principalmente pela execução de programas sociais com suporte financeiro da entidade Estatal e ONGs entre outros, de modo a garantir a existência da agricultura familiar fase a empresarial que conte com o apoio do Estado, e de outras entidades internacionais.

Por outro lado, no âmbito da reinserção e estabilização das comunidades rurais, vêm sendo executados programas e projetos com suporte financeiro da comunidade internacional, bem como programas do Governo financiados por fundos públicos contemplados no Orçamento Geral do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O país teve uma longa história de exportação de produtos agrícolas antes da independência, fruto da expropriação de seus recursos naturais e agrícolas, este havia alcançado o lugar de terceiro maior exportador de café do mundo enquanto colônia de Portugal. Depois da proclamação da independência, muitos colonos brancos deixaram o país, e muitas das antigas fazendas e plantações comerciais foram convertidas em fazendas agrícolas do Estado.

O conflito armado atrasou em muito a produção orientada para o mercado, resultando no abandono das zonas rurais, e no posterior houve o êxodo das populações locais para os grandes centros urbanos. Durante este período a maquinaria existente desapareceu ou simplesmente ficou dilapidada, culminando com o colapso da atividade agrícola e com a dependência do país na importação de produtos agrícolas.

Hoje novos projetos foram criados de modo a se reverter a situação e reativar as cadeias produtivas agrícolas e dos circuitos comerciais nas zonas rurais e urbanas, com a pretensão de alavancar a agricultura patronal e familiar. Porém, a isso a agricultura familiar é a que mais vem tendo dificuldades com os seus programas de financiamento e fomento.

Desta feita, salientamos novamente que esses programas, segundo as suas diretrizes, objetivam a melhoria da produção e das condições de vida das comunidades rurais, dentro de uma estratégia apoiada no envolvimento e na participação das empresas agrícolas familiares, nas escolhas e prioridades estabelecidas por estas e na integração dos seus conhecimentos, dando a abrangência de forma específica na organização da produção das comunidades rurais e no aumento da produção e produtividade das empresas agrícolas familiares abrangidas.

No caso do PEDR, pudemos constatar que nas diretrizes deste consta a ambição de realização ou abrangência de resultados como: reorganização e melhoria do serviço das instituições de apoio ao campo; criação e reforço das associações de camponeses e cooperativas agrícolas; acesso das empresas agrícolas familiares aos *inputs* agrícolas (enxadas, catanas, ancinhos, sementes, fertilizantes, mangueiras, entre outros); acesso dos camponeses aos serviços técnicos de apoio à produção; introdução de novas tecnologias de produção adaptadas e apoiadas na pesquisa participativa; bem como a melhoria dos serviços de esfera social prestados à população.

No MOZAP, as objetivas da abrangência final giram em torno da criação de um aumento sustentável e alargado nas receitas de pequenos agricultores rurais nos municípios e comunas definidas nas províncias do Bié, Huambo e

Malanje, através da melhoria da organização e eficiência da produção agrícola e *marketing*, bem como promover um aumento do número, volume e valor das mercadorias agrícolas da cadeia produtiva, ligando os agricultores familiares na área do projeto com os consumidores urbanos.

Em termos de investimentos, apesar do país nos últimos anos ter registrado uma diminuição de *inputs* (enxadas, catanas, ancinhos, sementes, fertilizantes, mangueiras, entre outros) no sector agrícola, podemos ressaltar que durante a pesquisa foi possível constatar que os investimentos do Estado angolano para com os programas sociais referentes à agricultura a nível central são feitos, embora com ligeiros atrasos.

Entretanto, a nível dos governos provinciais e administrações locais das zonas rurais, são observados constrangimentos, já que as entidades locais não conseguem atender a demanda dos camponeses, justamente pelo baixo financiamento que as mesmas recebem do governo central. De acordo com os relatórios dos programas sociais orientados à agricultura familiar, já citados aqui, os constrangimentos, em sua maioria, giram em torno da falta de *inputs* agrícolas (enxadas, catanas, ancinhos, sementes, fertilizantes, mangueiras, entre outros), proteção fiscal e de terras.

Em Angola, é necessário que agricultura familiar seja tida, de fato, como um instrumento de reabilitação da capacidade de produção agrária dos camponeses, para a redução do desemprego e aumento da produção interna e para o restabelecimento dos circuitos mercantis. Os programas sociais devem ser analisados e aplicados de acordo com as especificidades dos contextos socioculturais das populações locais, bem como especificidades físicas ambientais das localidades em si. Há que oferecer mais treinamento aos gestores das localidades rurais e promover uma melhor relação comunicativa entre gestores e população.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. **Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural** – PEDR. 2018. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang163441.pdf>. Acesso em: 30 abr.2018.
- ANGOLA continua com índice de desenvolvimento humano baixo. **Jornal O Apostolado**, Luanda, 2014. Disponível em: <http://apostoladoangola.org/angola-continua-com-indice-de-desenvolvimento-humano-baixo/>. Acesso em: 02 maio. 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Brasil** – PRONAF. 2013. Relatório disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em: 30 abr. 2018.
- QUITARI, Garcia Neves. **Agricultura Familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotômica**, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/2010>. Acesso em: 05 maio. 2019.

SANTOS, Daniel. **Economia, Democracia e Justiça em Angola**: o efêmero e o permanente. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2001000100005&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 10 ago.2018.

SILVIA, Algéria Varela. Conceito de vulnerabilidade social. *In*: _____.

Vulnerabilidade Social e Suas Consequências: o contexto educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal, 2016. Disponível em:<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>, acesso em 30 abr. 2018

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA. **Relatório Económico de Angola 2015**. Disponível em: http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/RELATORIO_ECON_2015.pdf . Acesso em: 22 abr.2018.

VLADIMIR, Russo. **Quadro de Gestão Ambiental e Social**: projeto agrícola de produtores familiares orientado para o Mercado (MOSAP), 2007. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/575321468010002177/pdf/E1605.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.